REVISTA DA ABPN

DOI 10.31418/2177-2770.2022.v14.n41.p291-316 | ISSN 2177-2770
Licenciado sob uma Licença CreativeCommons

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL ENTRE OS/AS JOVENS QUILOMBOLAS E DA PERIFERIA URBANA DE GARANHUNS/PE

Roseane Amorim da Silva[1]
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UAST, Departamento de Educação, Serra Talhada, PE, Brasil.

Jaileila de Araújo Menezes[2]
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Centro de Educação - CE, Departamento de Psicologia, Inclusão e Educação - Dpsie, Recife, PE, Brasil.

Claudia Andreia Mayorga Borges[3]
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Fafich, Departamento de Psicologia, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Resumo: O estudo buscou conhecer as opressões, desigualdades e resistências, a partir da intersecção de gênero, raça, etnia, classe, geração, sexualidade e território. Participaram jovens de ambos os sexos de duas comunidades quilombolas, localizadas na área rural de Garanhuns/PE e jovens da área urbana da periferia do referido município. Neste artigo iremos abordar algumas situações em que o preconceito e a discriminação de raça produzem efeitos nas vivências dos/as jovens. A pesquisa foi construída em três etapas. Inicialmente realizamos observação participante nas comunidades e em uma escola na periferia. No segundo momento oficinas com os/as jovens de ambos os territórios. E no terceiro, entrevistas semiestruturadas. O material foi analisado a partir da perspectiva da interseccionalidade dos marcadores sociais. As opressões de raça, vivenciadas pelos/as jovens de ambos os territórios, se expressam em preconceitos e discriminação devido à cor da pele, o tipo de cabelo, e algumas vezes de forma disfarçada.

Palavras-chave: jovens quilombolas; jovens da periferia; racismo; interseccionalidade

[1] Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia. Professora de Psicologia na Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UAST. E-mail: roseaneamorims@gmail.com . ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1454-0417

[2] Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia. Professora do departamento de Psicologia, Inclusão e Educação, do Centro de Educação – CE, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, e do Programa de pós-graduação em Psicologia da UFPE. E-mail: jaileila.araujo@gmail.com . ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3322-3764

[3] Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia Social. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFMG. E-mail: mayorga.claudia@gmail.com . ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1728-0726

PREJUDICE AND RACIAL DISCRIMINATION AMONG YOUNG QUILOMBOLAS AND YOUNG PEOPLE FROM THE URBAN PERIPHERY OF GARANHUNS/PE

Abstract: The study aim to know the oppressions, inequalities and resistance, from the intersection of gender, race, ethnicity, class, generation, sexuality and territory. Young men and women attended from two quilombola communities, located in the rural area of Garanhuns/PE and young people from urban peripherical area of the city. In this article we will address some situations in which prejudice and racial discrimination produce effects on the experiences of young people. The research was built in three stages. Initially, we carried out participant observation in the communities and in a school in the outskirts. The second stage involved workshops with young people from both territories. And third, semi-structured interviews. The material was analyzed from the perspective of the intersectionality of social markers. The racial oppressions experienced by young people from both territories are expressed in prejudice and discrimination due to skin color, hair type, and sometimes in a disguised manner.

Keywords: quilombola youth; youth from the periphery; racism; intersectionality

PREJUICIO Y DISCRIMINACIÓN RACIAL ENTRE LOS JÓVENES QUILOMBOLAS Y LOS DE LA PERIFERIA URBANA DE GARANHUNS/PE

Resumen: El estudio buscó conocer las opresiones, desigualdades y resistencias, desde la intersección de género, raza, etnia, clase, generación, sexualidad y territorio. Participaron hombres y mujeres jóvenes de las comunidades quilombolas, ubicadas en la zona rural de Garanhuns/PE y jóvenes de zonas urbanas de la periferia del municipio. En este artículo abordaremos algunas situaciones en las que los prejuicios y la discriminación racial producen efectos en las experiencias de los jóvenes. La investigación se construyó en tres etapas. Inicialmente, realizamos una observación participante en las comunidades y en una escuela de la periferia. La segunda etapa consistió en talleres con jóvenes de ambos territorios. Y en tercer lugar, entrevistas semiestructuradas. El material se analizó desde la perspectiva de la interseccionalidad de los marcadores sociales. Las opresiones de raza, vividas por los jóvenes de ambos territorios, se expresan en prejuicios y discriminaciones por el color de la piel, el tipo de cabello y, a veces, de forma encubierta.

Palabras clave: jóvenes quilombolas; jóvenes de la periferia; racismo; interseccionalidad

PRÉJUGÉ ET DISCRIMINATION RACIALE CHEZ LES JEUNES QUILOMBOLAS ET CEUX DE LA PÉRIPHÉRIE URBAINE DE GARANHUNS/PE

Résumé: L'étude a cherché à connaître les oppressions, les inégalités et la résistance, à partir de l'intersection du genre, de la race, ethnicité, de la classe, de la génération, de la sexualité et du territoire. Y ont participé des jeunes hommes et femmes de deux communautés quilombolas, situées dans la zone rurale de Garanhuns/PE, ainsi que des

jeunes des zones urbaines situées à la périphérie de la municipalité. Dans cet article, nous allons aborder certaines situations dans lesquelles les préjugés et la discrimination raciale produisent des effets sur les expériences des jeunes. La recherche a été construite en trois étapes. Dans un premier temps, nous avons effectué une observation participante dans les communautés et dans une école de la périphérie. La deuxième étape a consisté en des ateliers avec des jeunes des deux territoires. Et troisièmement, des entretiens semi-structurés. Le matériel a été analysé du point de vue de l'intersectionnalité des marqueurs sociaux. Les oppressions raciales, vécues par les jeunes des deux territoires, s'expriment par des préjugés et des discriminations liés à la couleur de la peau, au type de cheveux, et parfois de manière déguisée.

Mots clés: jeunes quilombolas; jeunes de la périphérie; racisme; intersectionnalité

INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte de uma pesquisa realizada para a construção de uma tese desenvolvida na área da Psicologia, que tem como título: Desigualdades e Resistências dos/as jovens quilombolas e da periferia urbana de Garanhuns/PE. Na pesquisa buscamos conhecer as opressões, desigualdades e processos de resistência vivenciados por jovens quilombolas e jovens da periferia urbana, a partir da intersecção de gênero, raça, etnia, classe, geração, sexualidade e território. Neste artigo iremos abordar algumas situações em que o preconceito e a discriminação de raça produzem efeitos nas vivências dos/as jovens de ambos os territórios: quilombo e periferia urbana. Situações em que percebemos a intersecção do marcador racial com outros, a exemplo dos referidos acima.

Fizeram parte deste estudo, 18 jovens quilombolas que moram em comunidades localizadas na área rural do município de Garanhuns/PE, que têm os nomes: Castainho e Estivas. Essas são conhecidas como comunidades remanescentes de quilombos, consideradas grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra. Essas comunidades se distinguem de outras por sua herança histórica de escravização, que ocasionou consequências de diversas ordens, e dificuldades no acesso a bens e serviços (BEZERRA et al, 2014).

A existência de quilombos contemporâneos é uma realidade latino-americana. As comunidades são encontradas em países como Colômbia, Equador, Suriname, Honduras, Belize e Nicarágua. E em diversos desses, como ocorre no Brasil, o direito às terras tradicionais é reconhecido na legislação. Na América do Sul, três constituições

reconhecem os direitos dos quilombolas: as da Colômbia, do Brasil e Equador. Mas todos esses países têm enfrentado as dificuldades com o reconhecimento das terras (ANDRADE; BELLINGER, 2009).

Na área urbana, participaram do estudo 20 jovens, estudantes de uma escola da periferia de Garanhuns/PE, que acessamos no intuito de conhecer as vivências dos/as mesmos/as. Essa instituição de ensino recebe estudantes de diferentes localidades da cidade. Tivemos contato também com jovens que já haviam terminado o ensino médio na escola que estávamos, e outros/as que estudavam em outras instituições ou não estudavam mais, por terem terminado o ensino médio ou por terem desistido de dar continuidade ao processo de escolarização.

Fizemos uso da perspectiva da interseccionalidade de raça, etnia, gênero, geração, classe, sexualidade e território. A noção de interseccionalidade teve sua origem junto às feministas negras norte-americanas, que questionaram o universalismo da categoria "mulher". As autoras Kimberlé Crenshaw (2002), Lugones (2014), Collins e Bilge (2020), e outras fazem uso da interseccionalidade para abordar os marcadores: gênero, classe e raça, etnia, de modo articulados, pois, segundo as mesmas, estes estão entrelaçados na constituição das desigualdades sociais. Ou seja, os marcadores de opressão na sociedade não agem de forma independente uns dos outros; pelo contrário, essas formas de opressão se inter-relacionam criando um sistema de opressão que reflete a intersecção de múltiplas formas de discriminação. Esses mesmos marcadores que produzem opressões e desigualdades podem impulsionar os sujeitos a resistirem às situações que os/as oprimem.

No presente estudo estamos compreendendo que raça é um constructo sociológico que faz sentido somente em um contexto histórico e no corpo de uma teoria, uma vez que não é possível definir geneticamente raças humanas. A ideia de raça é uma construção social que remete a discursos sobre as origens de um grupo com base em traços fisionômicos, transpostos para qualidades morais e intelectuais (GUIMARÃES, 2003). Raça e etnia muitas vezes são usadas como sinônimo, mas é importante ressaltarmos que, enquanto a primeira refere-se à materialidade do corpo expressa pelo fenótipo, como referido acima, etnia diz respeito à construção simbólico-cultural de elementos que ligam o sujeito ao mesmo grupo, por exemplo, um mito, uma língua, uma religião. Um exemplo de grupo étnico são os quilombolas, grupos que têm uma construção sociocultural que os unifica (CFP, 2017).

O racismo constitui-se em um sistema de dominação e opressão estrutural pautado numa racionalidade que hierarquiza grupos e povos, baseada na crença da superioridade e inferioridade racial. "No Brasil, ele opera com a ideologia de raça biológica, travestida no mito da democracia racial (harmonia racial) que se nutre, entre outras coisas, do potencial da miscigenação brasileira" (GOMES, 2017, p. 98).

O racismo é uma realidade violenta. No racismo estão presentes três características: 1ª - A construção de/da diferença: a pessoa é vista como diferente devido a sua origem racial e/ou pertença religiosa; 2ª - Essas diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos: não só o indivíduo é visto como diferente, mas essa diferença também é articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade; 3ª - Ambos os processos são acompanhados pelo poder: histórico, político, social e econômico. É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo (KILOMBA, 2019).

É relevante observarmos também, na dinâmica das relações raciais, o preconceito e a discriminação racial. O primeiro é considerado como o conjunto de pensamentos e sentimentos pejorativos em relação ao negro, fruto da internalização de ideias e concepções estereotipadas, levando a percepções, crenças e afetos pré-determinados e negativos. A discriminação se refere a comportamentos de distinção com prejuízo para os negros/as, que, às vezes, gera privação de direitos ou diferença de tratamento (CFP, 2017). É importante ressaltarmos que a população vítima dessas violências não está presa as mesmas, de modo estático, cada vez mais observa-se que esses/as têm construído formas de resistências as opressões.

Werneck (2014) chama atenção para o cenário de desvantagens e subordinações ao qual as mulheres negras estão sujeitas. A autora aborda as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no que se refere às esferas da educação, do trabalho e das várias violências sofridas. E também destaca a capacidade de resistência para a superação de barreiras, e que, nesse sentido, algumas mulheres negras têm se engajado na luta pela transformação social. Lugones (2014, p. 940) ao falar sobre resistência, afirma que "pensa na resistência não como o fim ou a meta da luta política, mas sim como seu começo, sua possibilidade. Estou interessada na proliferação relacional subjetiva/intersubjetiva de libertação, tanto adaptativa e criativamente opositiva".

É interessante pensarmos também resistência a partir deste olhar, pois nos ajuda a compreender as ações e a luta dos/as jovens que participaram do presente estudo, que

têm uma trajetória marcada por opressões e desigualdades, mas que também têm lutado por melhorias, e em alguns momentos percebemos que lutar é também buscar meios de proteção, reivindicar, encontrar estratégias de (re)existência. A seguir abordaremos como este estudo foi realizado.

METODOLOGIA

Para desenvolvermos o estudo realizamos uma pesquisa participativa feminista. Olesen (2006) chama atenção sobre o impacto desse tipo de estudo sobre o/a pesquisador/a, pois tanto a subjetividade deste/a quanto a do/a pesquisado/a é realçada. O que leva diretamente a pensar também sobre a natureza do texto e da visibilidade das vozes decorrentes da pesquisa. Essa é uma importante questão para as feministas que leva as mesmas a questionarem: como visibilizar as vozes dos/as participantes? Como não apenas representá-las nos textos? Como criar espaços e formas dessas vozes serem ouvidas, visibilizadas e de saírem da situação de subalternidade que algumas se encontram? E este tem sido um desafio da pesquisa participativa de perspectiva feminista (SILVA; MOURA; SANTOS, 2021), e é um desafio no nosso estudo.

Estivemos atentas aos marcadores sociais que nos constituem enquanto pesquisadoras (gênero, geração, cor da pele, lugar de moradia, orientação sexual, posição acadêmica, entre outros) e os efeitos dos mesmos na relação com os/as participantes (SILVA; MOURA; SANTOS, 2021), assim consideramos a fala dos/as participantes sem negar que essas emergiram da nossa mediação enquanto pesquisadoras, o efeito das nossas relações construídas com os/as jovens está presente nos discursos deles/as.

Participaram do estudo, conforme já referido na introdução, jovens de ambos os sexos na faixa etária dos 15 aos 29 anos de idade, moradores/as de duas comunidades quilombolas, chamadas de Castainho e Estivas, que estão localizadas no interior do município de Garanhuns/PE. A (re) inserção nas comunidades quilombolas ocorreu através do contato com os/as profissionais que atuam no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS Quilombo, de alguns membros da equipe de Residência multiprofissional de saúde no campo, lideranças das comunidades e de moradores/as que já conhecíamos através de outras pesquisas realizadas anteriormente, e por isso

consideramos nosso contato com as comunidades como uma reinserção no campo de pesquisa.

Em Castainho e Estivas, as casas são de alvenaria, próximo às mesmas existem as plantações de mandioca, feijão, milho, hortaliças e árvores frutíferas, mangueiras, cajueiros, jaqueiras, entre outras. Estes produtos alimentícios são comercializados nas feiras livres da cidade. Alguns e algumas jovens trabalham na agricultura e comercialização dos produtos, no intuito de ajudar a renda familiar. O nível de escolaridade, da maioria dos/as participantes, é incompatível com o que se espera para cada idade. Alguns e algumas afirmaram que não trabalham e não estudam, mas entre esses/as, principalmente as mulheres, ajudam com as tarefas domésticas e com os cuidados com os/as irmãos/as mais novos/as. A renda familiar variou de R$ 500,00 a R$ 900,00, ou seja, menos de um salário mínimo, que no ano da pesquisa (2017) era R$ 937,00.

Participaram também jovens moradores/as da periferia na área urbana de Garanhuns, município da Mesorregião do Agreste Pernambucano, que dista cerca de 230 km da capital, Recife, e possui 138.642 habitantes, dados previstos pelo IBGE sobre a população em 2017. Na área urbana, a inserção no campo aconteceu através da escola. O nível de escolaridade dos/as participantes é condizente com o considerado "adequado" para cada faixa etária. Alguns e algumas relataram que fazem trabalhos informais para ajudar na renda familiar. A renda variou de R$ 800,00 a R$ 1000,00, e alguns/mas fazem parte de famílias com muitos membros.

A pesquisa aconteceu em três etapas, e usamos diferentes métodos para realizar cada uma dessas. Na primeira etapa realizamos observação participante nas comunidades quilombolas e na periferia urbana. Nas comunidades estivemos em diferentes espaços observando e conversando com as crianças, jovens, adultos e idosos/as, na escola, no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Quilombo, na Unidade de Saúde da Família – USF, no campo de futebol, nos bares, nas casas de alguns moradores/as. Na periferia iniciamos nossas observações em uma escola de grande porte que recebe estudantes de diferentes localidades da região. Todas as observações e conversas realizadas em ambos os territórios: quilombo e periferia, foram registradas no diário de campo.

Na segunda etapa realizamos uma análise do diário de campo e a partir dessa, construímos oficinas sobre diferentes assuntos que haviam sido abordados pelos/as

jovens no primeiro momento da pesquisa: ser jovem na comunidade e na periferia, preconceito racial, homofobia e lesbofobia, usos de álcool, entre outros. Realizamos 11 oficinas, 6 nas comunidades quilombolas e 5 na área urbana, na escola. Na sexta oficina realizada na comunidade, aconteceu o encontro entre as juventudes, levamos os/as jovens da área urbana para a comunidade, e realizamos uma oficina com o intuito de integrar os dois grupos que participavam da pesquisa.

Na terceira etapa a partir de uma primeira análise das oficinas elencamos alguns assuntos que consideramos importante aprofundar nas entrevistas semiestruturadas para uma melhor compreensão das situações juvenis. Assim, realizamos 8 entrevistas com os/as jovens, 4 nas comunidades e 4 na periferia urbana.

Para analisar as informações construídas nessas três etapas fizemos uso da análise temática (BARDIN, 1979) como princípio organizador do material e realizamos discussões sobre a mesma a partir da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002; LUGONES, 2014; COLLINS e BILGE, 2020) dos marcadores sociais: raça, etnia, gênero, classe, território, geração e sexualidade. As reflexões que abordamos abaixo estão relacionadas à operação da raça com os demais marcadores nas experiências dos/as jovens quilombolas e da periferia urbana, e fazem parte dos discursos construídos com os/as jovens nas duas primeiras oficinas realizadas nas comunidades quilombolas, e a segunda oficina realizada na periferia urbana, que foi na escola. A primeira oficina no quilombo teve como tema: ser jovem e morar no quilombo e a segunda em ambos os territórios foi sobre questões raciais e juventude.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (CAAE, Nº 60487316.0.0000.5208), e seguimos as indicações do mesmo: solicitação para realização da pesquisa nas comunidades através da carta de anuência, assinada pelas lideranças das comunidades. Na área urbana solicitamos a autorização da gestão da escola que participou do estudo. Os/as jovens só participaram das oficinas e das entrevistas após o consentimento formalizado com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, os/as menores de 18 anos, assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE, e os seus/suas responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e esclarecido para responsável legal pelo menor de 18 anos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percebemos nas observações nas comunidades quilombolas e logo no início das oficinas as situações de preconceito e discriminação vivenciadas pelos/as jovens, por serem negros/as, e/ou morarem nas comunidades. Preconceito este que ocorre principalmente quando os/as jovens estão na área urbana, mas que reverbera diretamente nas dificuldades enfrentadas por eles/as no contexto em que vivem. Nas conversas durante o período de observação e nas oficinas com os/as jovens urbanos, também identificamos as situações de preconceito e discriminação vivenciadas pelos/as mesmos/as e nem sempre compreendidas como tal, ora esses/as sendo oprimidos, ora tendo atitudes e comportamentos racistas sem considerarem como sendo dessa ordem. A seguir abordaremos algumas questões referentes aos/as jovens quilombolas e, em seguida aos/as jovens urbanos/as da periferia.

JOVENS QUILOMBOLAS: EXPERIÊNCIAS DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Buscamos conhecer o que é ser um/a jovem quilombola, os espaços frequentados nas comunidades, as dificuldades, como é o acesso aos lugares na cidade, entre outras questões. Quando questionamos os/as jovens sobre como é para eles/as quando chegam à cidade, percebemos que não é fácil para os/as mesmos/as frequentarem alguns lugares, como podemos ver a seguir:

> Roseane: E quando vocês chegam à cidade é fácil frequentar os lugares? Como é lá na cidade?
> Kamili: A gente vai ninguém fala nada, mas você percebe assim o olhar.
> Aisha: Por exemplo, se você for a uma lanchonete que não é chique, mas digamos assim, que você tem mais acesso, você é tratado normal, mas quando você vai a um restaurante ou num bar que é um pouco mais chique, já vão lhe olhar torto, vão lhe olhar com preconceito já, e é tudinho, é tudinho... risos... é quem tá sentado, é o dono, é quem atende, já lhe olha torto.
> Kamili: Você chega em uma loja o atendente fica só no seu pé, só no seu pé.
> Aisha: É porque você é negra, é porque você é preta, aí fica olhando logo assim. (1ª Oficina realizada na comunidade quilombola).

Observamos que as situações de discriminação são bem presentes na vida do/as jovens, e os/as mesmos/as estão cientes de que isso tem acontecido devido à questão da cor da pele que possuem. Também percebemos o quanto, nessas situações de preconceito e discriminação racial, raça e classe estão interseccionadas. As jovens fizeram referência ao fato de que se o lugar que frequentam for mais acessível a uma

classe favorecida economicamente, que denominaram como sendo "chique", as situações de discriminação aumentam, ou seja, existem lugares onde os/as negros/as não são bem-vindos, são vistos como uma ameaça.

O preconceito existe por serem negros e também por serem moradores da área rural quilombola, e a escola tem sido o lugar onde o preconceito e a discriminação ganha relevo no contexto da área urbana como pode ser observado nos discursos a seguir:

> Mara: Na escola, a gente vai fazer uns trabalhos, e até os professores mesmo, eles exclui você, só por você ser do sítio, eu já sofri isso em sala de aula.
> Akil: Já também.
> Mara: E isso não é legal, você ser excluída, e ela só dá atenção para outras pessoas, isso é chato, pra mim, era importante que eles prestassem a igualdade pra todo mundo na sala de aula, mas eles também não veem isso.
> Akil: eles veem o povo do sítio, com aquelas camisas xadrez, aquelas calças no umbigo. (1ª Oficina realizada na comunidade quilombola).

Percebemos, nesses relatos, que a escola tem funcionado como um lugar que reproduz as desigualdades já existentes em relação à população quilombola, um lugar que segrega, que hierarquiza as relações e que contribui para o fortalecimento da imagem de pessoas que moram nas áreas rurais como as matutas, que não sabem se vestir, se comportar. Tais situações fazem com que em alguns espaços os/as jovens não revelem que moram nas comunidades:

> Roseane: E com essa questão de ser quilombola, os jovens têm assumido essa identidade?
> Jamila: Não, eu vejo assim, tem gente que vai estudar na rua e eles não dizem que é aqui do sítio, eu já vi muito isso, dizem que moram na rua aos amigos pra ser aceito.
> Mara: Meus irmãos, toda vez que tão na rua, e alguém pergunta onde eles moram, eles inventam um lugar, pra não dizer que moram aqui, ou seja, eles não se assumem.
> Aisha: Em qualquer lugar que a gente esteja, a gente tem que dizer quem você é, e onde você mora, se eu for na rua, no médico, ou em qualquer lugar, eu digo coloque quilombo Castainho, ai colocam o endereço, eu coloco assim. (1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Mesmo as jovens entendendo a importância de se assumir enquanto quilombola e algumas fazendo isto, também percebem que os/as que não se assumem é porque têm receio de não serem aceitos na cidade, haja vista as situações de preconceito e discriminação vivenciadas no espaço da escola e em outros espaços que as mesmas relataram.

Outra questão abordada por alguns e algumas jovens quilombolas é que consideram sofrerem mais preconceito por serem moradores/as de uma comunidade quilombola do que por serem negros/as. O Conselho Federal de Psicologia (2017) chama atenção para o fato de que a discriminação étnica é um desdobramento da discriminação racial (e não o contrário). Desse modo, "quando expressividades culturais e religiosas de negros e indígenas são debeladas, elas são em função do racismo (além da discriminação de classe), já que o racismo implica a continuidade entre corpo e mente e, por extensão, cultura" (CFP, 2017, p.29). Como podemos observar a seguir, o preconceito com a cultura quilombola é algo também vivenciado pelos/as jovens:

> Amina: Quando o grupo da comunidade sai pra se apresentar na cidade, tem preconceito com as danças, dizem que é macumba, não aceita a cultura.
> Dalila: Eu acho que tem mais preconceito em ser do Castainho, do que ser negro. (2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Comentei em uma oficina que a co-facilitadora, não conhecia as comunidades, era a primeira vez que estava indo lá, uma das participantes perguntou:

> Aisha: Mas ela não pensava que aqui tinha canibais não né? Teve um tempo assim há uns anos atrás que uma pessoa fez uma pergunta a minha prima, minha prima tava estudando na cidade, e se apresentou, disse que morava no Castainho e se assustaram, e lá come gente é? Risos gerais ... como se [pausa] não gente, nós somos seres humanos, como se, a gente só briga de vez em quando, mas é normal. (1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

As comunidades são vistas por algumas pessoas da cidade como um lugar precário, os matutos do sítio, os selvagens, e isso tem efeitos diversos na vida dos/as quilombolas. Bhabha (1998) problematiza a construção e a desconstrução da identidade do Outro através dos Estudos Pós-coloniais. Chama atenção para o modo como o Outro colonizado é caracterizado pelo discurso do colonialismo de forma depreciativa. O colonizador apresenta o colonizado como uma população degenerada, e com bases em teorias raciais, justifica a conquista de uma nação em todos os seus aspectos sociais e culturais. Para Bhabha, essa é uma das estratégias mais ardilosas e eficazes do poder colonial. O que marca essa despersonalização do colonizado é a coletivização dos indivíduos por meio do colonizador. Não são vistos como indivíduos, são vislumbrados a partir de um corpo coletivo, o ser não é considerado em sua particularidade ou individualidade, mas se perde na massa coletiva de colonizados. Nessa perspectiva o colonizado é quase um não humano.

Essa visão em relação aos/as quilombolas faz com que alguns/mas omitam a identidade e com que outros/as não queiram ir estudar na cidade, ou quando vão, não se sintam bem em estar naquele lugar, como nos relatou a gestão da escola no período que estávamos realizando a observação participante. Quando alguns/mas estudantes desistem de estudar ou dizem que preferem reprovar de ano para não irem estudar na cidade, muitas vezes são vistos como preguiçosos, que têm oportunidades na vida, mas não sabem aproveitar, como os/as que não querem nada na vida. Esses foram discursos construídos nas comunidades, proferidos por jovens e adultos. Mas por trás dessa negação, dessa desistência, há muitas questões que nem todos/as compreendem. O racismo, classe, gênero e território produzem efeitos nas experiências dos/as jovens que repercute na autoestima, na saúde, nos projetos de vida.

Uma das jovens participantes fez menção a um ponto importante que é a falta de conhecimento dos/as quilombolas sobre sua cultura, suas origens, como algo que dificulta eles/as se reconhecerem como tal:

> Amina: [...] tem muito jovem que mora aqui e não sabe a sua própria origem, nem a história daqui do Castainho, como surgiu, tem muita gente que se você perguntar tu sabe a história do castainho? Não sei. Isso é uma vergonha pra um descendente de quilombola morar aqui e não saber da sua própria história, aí poderia ter também um projeto específico, o pessoal da comunidade mesmo, ter uma sala, para os jovens em um dia da semana, que todos pudessem vir, e saber da sua história e da sua tradição, porque tá acabando. (2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Por mais que seja importante ter esse conhecimento da cultura, da identidade étnica, conhecer sua história e não apenas como o/a colonizador/a branco/a contou nos livros de história, para que o reconhecimento e a afirmação de suas identidades ocorra, ter esse conhecimento por si só não é suficiente. Os efeitos do racismo nos processos subjetivos são muitos e colocam as pessoas negras no lugar do não humano, do inferior, colonizando a mente de negros/as e brancos/as de um modo que os/as primeiros/as podem acreditar que são subalternos/as e que não são merecedores/as de ocupar os mesmos espaços que os/as brancos/as. Enfrentar a colonialidade requer uma mudança em todos os setores sociais, nos discurso, nas práticas, nas narrativas sobre os/as negros/as, no acesso e oportunidades para esses/as na educação, na saúde, no mercado de trabalho, entre outros setores.

Percebemos também nas nossas conversas com os/as moradores/as, que eles/as se diferenciam pela tonalidade da cor da pele. Alguns/mas que têm a pele mais clara não

se consideram negros/as, há aqueles/as que mesmo não tendo esse fenótipo, possuem uma compreensão de que existem outras questões que fazem com que se considerem negros que não estão relacionadas só à cor escura da pele. Vimos também que esses/as que não se consideram negros/as se referem aos de pele escura com xingamentos, como podemos ver nesses discursos:

> Layla: Na comunidade, o povo fica falando da pessoa, por exemplo se eu to passando aqui, eles já ficam xingando dizendo nome com a pessoa.
> Akin: Porque tem família que do pai ao último filho é preconceituoso, na minha família também, tira 3, 4 que não é preconceituoso, é gostar de chamar macaco, negro.
> Akin: É chamar macaco, me dá tanta raiva quando chama macaco.
> (2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Esses xingamentos nos lembram a ideia de colorismo, que é mais uma faceta da discriminação racial. O colorismo é um tipo de discriminação, em que quanto mais escura a tonalidade da pele de uma pessoa, maior as suas chances de sofrer exclusão na sociedade. Também denominado de pigmentocracia, o colorismo tende a elaborar e definir as pessoas pelo fenótipo. Assim, a tonalidade da cor da pele nessa perspectiva é fundamental para o tratamento que receberá da sociedade, independentemente da sua origem racial (SILVA, 2017). Sobre esse assunto, Brah (2006), ao falar sobre a realidade do racismo na Grã-Bretanha, usa o termo "cromatismo", para se referir à base de diferenciação entre negros também segundo a lógica do tom mais claro ou mais escuro da pele. O que fez com que "os ativistas africano-caribenhos e sul-asiáticos na Grã-Bretanha tomassem o termo emprestado ao movimento do Poder Negro para estimular uma rejeição ao cromatismo entre aqueles definidos como 'pessoas de cor' na Grã-Bretanha" (BRAH, 2006, p. 334).

O jovem relata que é chamado de "macaco", e isso nos remete a animalização do negro/a. A objetificação e desumanização do/a negro/a é um dos instrumentos de opressão e ao longo dos anos serviu de manutenção de uma considerada "ordem" da sociedade, utilizada para manterem esses corpos adestrados a exercerem os papéis e ocuparem os espaços que a eles/as são destinados e que se perpetuam historicamente, na sexualização e coisificação do corpo da mulher negra, na atribuição da selvageria aos negros/as, a animalização e incivilidade. Percebemos também, nos discursos acima, que esses xingamentos ocorrem no interior da comunidade, mas há certa concessão, porque, sendo da comunidade, essas situações são percebidas de outra forma, têm outro peso, ou seja, entre eles/as isto até é permitido, mas se forem pessoas que não são de lá, essas

situações não são admitidas e veem na judicialização um meio a recorrer para resolver essas situações.

Isto também nos faz pensar sobre o que ressalta o Manual de Referências Técnicas para Atuação dos psicólogos/as, publicado em 2017: o conceito de racismo não contempla a possibilidade de uma pessoa negra ser racista contra outro indivíduo negro, mesmo considerando que haja no Brasil uma variação significativa no matiz de cor de pele dos/as negros/as (dos/as mais escuros/as aos mais claros/as), do ponto de vista histórico e conceitual, não é possível considerar que os/as mais claros/as, por exemplo, oprimam os/as mais escuros/as. Ainda nos chama atenção para o fato de que se uma pessoa negra não gosta de outra negra, ou não quer se vincular a um/a negro/a, isto seria uma defesa psíquica contra a violência vivida há longa data, a não vinculação é uma defesa à ideia de ser visto como inferior (CFP, 2017).

Além da diferenciação pela cor da pele, os/as jovens fizeram também referência aos discursos sobre os tipos de cabelo, os apelidos e ofensas, são bem presentes e machucam muito:

> Aisha: A gente percebe que muitas pessoas daqui alisam o cabelo, de fora também alisam, e quando você quer assumir sua identidade, quer dizer sou negra, nasci assim, meu cabelo vai ser assim, porque eu quero, não é só pela identidade, é porque eu quero, eu me aceito assim, aí você escuta: ah cabelo, tá igual o cabelo de Betânia, ou senão diz outros nomes. (2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

O cabelo crespo é uma das características fenotípicas vista como negativa e sempre posto em comparação desfavorável aos ideais estéticos etnocêntricos. A visão do cabelo crespo como sendo "ruim", "duro", "bombril" em oposição ao cabelo liso, que é considerado "bom", produz efeitos na forma dos/as negras se relacionarem com o próprio corpo, principalmente as mulheres. Os xingamentos e a desvalorização do cabelo crespo fazem com que algumas não se sintam bem, e procurem, na indústria dos cosméticos, através do alisamento do cabelo, um meio de lidar com isso. Nas comunidades quilombolas estudadas, muitas das mulheres jovens e adultas alisam os cabelos.

O cabelo crespo, cacheado que é símbolo da negritude, uma marca identitária dos/as negros/as, também tem passado por mudanças nas comunidades. E para algumas pessoas do quilombo é visto como negativo. bell hooks (2005) relata que alisar o cabelo era um ritual entre as mulheres que acontecia aos sábados, nas cozinhas das casas, era

um modo que elas tinham de ficarem juntas por um tempo, longe dos homens, e de desenvolverem vínculos afetivos. Durante os anos 1960, os negros que trabalhavam ativamente para criticar e desafiar o racismo, sinalizavam a obsessão dos/as negros/as com o cabelo liso, sendo essa um reflexo da mente colonizada. Foi nesse momento, que os penteados afros, principalmente o black, entraram na moda como um símbolo de resistência cultural à opressão racista e foram considerados uma celebração da condição de negro. O contexto do ritual desapareceu, não havia mais a formação de vínculos íntimos e pessoais entre as mulheres negras. Sentadas embaixo de secadores barulhentos, as mulheres negras perderam um espaço para o diálogo, para a conversa. Sem os rituais que faziam parte da experiência das negras, o alisamento passou cada vez mais a ser um significante da opressão e da exploração da ditadura branca.

Essa questão do alisamento do cabelo remete, ainda, ao que as teorias sobre branqueamento abordam, que seria a adoção do não branco por normas, valores, comportamentos e culturas associadas ao universo branco, com o intuito de ser reconhecido como detentor de uma identidade racial positiva (PIZA, 2000). Assim, a mudança estética do cabelo seria uma forma de aproximar-se do ideal de beleza, que é o cabelo liso do/a branco/a, e essa é mais uma faceta do racismo que se intersecciona com gênero, e classe social. Também vimos que não são todas as mulheres da comunidade que financeiramente podem estar alisando os cabelos, fazendo escova, chapinha. E se essas já enfrentam dificuldades de várias ordens, têm que lidar com mais essa questão em suas vidas. O racismo exerce violência a partir das suas várias manifestações. Rosa e Costa (2021, p.30) ressaltam que

> a formação subjetiva e o sofrimento psíquico vão se configurando na população negra feminina desde a sua infância, desde os primórdios de sua existência no mundo. Persuadida pelo racismo, ela é impelida a buscar aquilo que é aceitável socialmente: o ideal branco [...]. Ela se anula, absorve e inala os ares estruturais do racismo.

Ainda, segundo Rosa e Costa (2021, p.30) "a subjetividade branca, engessada, que não é sua subjetividade, e que a faz se distanciar do seu corpo, da sua história étnica, pessoal e da sua resistência". Como vimos acima no relato da jovem Aisha, muitas mulheres alisam o cabelo para aproximarem-se do ideal branco e não sofrerem algumas violências, mas mesmo quando realizam essa prática, não estão livres de serem vistas como negras e terem suas subjetividades minadas na constituição de si.

Em uma das oficinas trabalhamos com os/as jovens através de narrativas. Entregamos o começo de uma história e os/as mesmos/as em duplas ou trios davam continuidade, pensando um desfecho para a mesma. Escrevemos os inícios das narrações que foram trabalhadas com base nas informações que já havíamos construído nas comunidades e na periferia, assim em algumas dessas falamos também sobre o uso de álcool no intuito de ver de que modo esse se relaciona com situações de opressão, desigualdades e resistência dos/as jovens, uma vez que, principalmente no quilombo era frequente falarem sobre situações envolvendo o uso de álcool. Ressaltamos ainda o uso desse recurso, como um meio potente para abordar temas complexos com jovens, pois o mesmo, de uma forma mais lúdica, facilita a reflexão. Vejamos a seguir uma das histórias construídas com os/as quilombolas:

Amina: A gente ficou com a história 1: Uma jovem mulher negra que aparentava ter 20 anos, após finalizar mais um dia de trabalho, entra no bar e pede uma dose de Pitú. Neste bar estavam alguns homens e alguns casais e... Continuidade da história construída pela dupla:

> Malaika: A jovem envergonhada parou e observou ao seu redor que era a única negra que estava no estabelecimento, as pessoas começaram a observá-la com um olhar diferente, e passou a constranger a jovem. Os homens começaram a soltar piada de mal gosto, chamando ela de negra do cabelo duro. Um dos casais que estava lá se levantou e falou: qual o direito que vocês têm de constranger a moça só porque ela é negra? Fiquem sabendo que somos todos iguais, independente de cor, religião e classe social. A moça estava muito triste daí olhou para o casal e agradeceu e falou que independente se ela era branca, negra ou parda ela tinha direitos iguais. Esses homens que soltaram piada com ela pediram desculpas a ela e falaram que nunca mais iriam fazer nem com ela, nem com ninguém (2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Podemos observar algumas questões presentes na construção da história por jovens que são negras e quilombolas. Na narrativa, pelo fato da jovem ser a única negra no local, ficou envergonhada, o que nos revela como os/as negros/as se sentem em alguns lugares, como as situações de preconceito e discriminação têm efeitos na autoestima dos/as negros, e como estes/as também têm receio do que pode acontecer com os/as mesmos/as dependendo do lugar que estejam. O fato de ser a única negra no local fez também com que ela fosse agredida verbalmente, agredida por homens brancos, o que nos diz como a cultura sexista, patriarcal, racista é muito presente, e que só depois da intervenção de um casal de pessoas brancas, os agressores perceberam que estavam errados e se desculparam com a jovem negra. Embora a história construída

tenha uma narrativa marcada pela opressão, no fim, traz-se uma perspectiva do confronto pela via do argumento e a mudança de atitudes dos agressores. A reação das pessoas em relação à jovem negra no bar, leva-nos a refletir sobre como o/a negro/a é um corpo-abjeto, que não tem uma dimensão simbólica positivada, uma inscrição na história valorizada. Continuamos questionando as jovens sobre a história:

> Roseane: E onde é que essa jovem poderia trabalhar? No começo da história diz que é uma jovem negra de 20 anos, que após finalizar mais um dia de trabalho entra no bar e pede uma dose de Pitu.
> Amina: Ela podia trabalhar em casa de família, porque ela é negra, e o país é bem racista, e assim acho que ela tinha trabalhado o dia todo, tava exausta e foi no bar tomar uma dose de Pitú pra se distrair ou não... risos. (2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

O trabalho doméstico é algo que sempre foi delegado, principalmente às mulheres negras, uma herança do período da escravidão. Raça, classe e gênero são sistemas que produzem opressão e desigualdades nesse âmbito, e podemos observar que muitos/as exercem essa função sem a garantia dos direitos trabalhistas. Nas comunidades quilombolas é algo bem presente na vida das jovens e adultas trabalharem como domésticas na cidade.

Questionamos, ainda, sobre os comentários que a jovem da narrativa acima que trabalhamos na oficina poderia ouvir no bar:

> Roseane: E os comentários no bar vocês acham que eram por quê? Por ela ser mulher, negra, por está bebendo? Por que era?
> Amina: É por ela ser negra, mulher e jovem também.
> Roseane: Se fosse uma mulher jovem branca no bar que entrasse e pedisse essa dose de Pitú? O que vocês acham que as pessoas iriam comentar?
> Malaika: Nada.
> Amina: Ia sim, por ela ser mulher, porque mulher não é igual ao homem, porque ainda existe o machismo, mulher não pode sair à noite e homem pode. Aí o homem chega e pede uma dose de Pitú dão e não falam nada, mas quando é uma mulher, o machismo já vai em cima.
> Malaika: Realmente. (2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Podemos perceber também o quanto as relações desiguais de gênero estão presentes nas comunidades quilombolas, pois, nessa narrativa, as jovens trazem o que acontece na localidade que moram. Estão cientes de que, por ser uma pessoa que é negra, jovem e mulher, ao chegar em um bar, é diferente do que ocorre com um homem mesmo que esse seja negro e jovem. Isto observamos também quando realizamos a pesquisa em 2013 (SILVA, 2014), sobre os significados do uso de álcool nessas mesmas comunidades. As mulheres que fazem uso de álcool nos bares ficam sujeitas a

sofrerem vários tipos de violência, não são vistas como mulheres "direitas" que "servem para casar". Se já forem casadas e estiverem nos bares desacompanhadas é porque o marido não sabe colocar "moral" e "tomar conta da sua família", podendo o mesmo ter sua masculinidade questionada. E, quando isso ocorre, mais uma vez, recaem sobre as mulheres as consequências, porque esses homens para "provar" a masculinidade agridem as companheiras, inclusive, nos espaços públicos.

Continuamos conversando sobre a narrativa da jovem negra e questionamos sobre os estudos:

> Roseane: E essa jovem negra, ela estuda? Só trabalha ou trabalha e estuda?
> Amina: Creio que 20 anos né, tenha terminado, esteja estudando e trabalhando ou não.
> Roseane: Digamos que ela terminou o ensino médio, é fácil pra essa jovem conseguir um emprego?
> Amina: É, e não é, porque o mercado ta exigindo pessoas qualificadas e se ela não é.
> Jamila: Eu acho que é porque hoje existe muitas cotas pra gente de baixa renda e negra, específica pra essas pessoas que querem ingressar assim na Universidade.
> Amina: Mas, pra o negro é mais fácil ainda.
> Roseane: O negro é mais fácil, como assim?
> Amina: Porque a gente tem mais chances porque é quilombola.
> (2ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Observamos que, embora, as jovens tenham conhecimento das cotas para negros/as, para os/as quilombolas, a noção de como as desigualdades raciais e de classe interfere nesse processo não se apresentou nos discursos acima. Outra questão foi quando relataram que para o "negro é mais fácil", "não entra se não quiser". Isto nos lembra a ideia do mito da democracia racial, que foi criado para justificar a existência de uma suposta convivência harmoniosa entre brancos/as e negros/as, ambos desfrutando de iguais oportunidades de existência. Ideia essa que dificulta o tratamento adequado de problemas sociais oriundos de relações raciais, e contribui para a manutenção de uma lógica excludente dos/as negros/as (CFP, 2017). Esses discursos, a partir de um racismo internalizado, ao propagarem a ideia enganosa do mérito, desconsideram que o racismo causa insegurança e sofrimento psíquico, o que pode dificultar o desempenho do/a estudante e a busca para realizar um ENEM, por exemplo, entre outras questões.

JOVENS DA PERIFERIA URBANA: EXPERIÊNCIAS DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Na oficina com os/as jovens urbanos, trabalhamos também com histórias, a exemplo da que segue: História 2: Um jovem negro morador da periferia começou a estudar em uma escola no centro da cidade...

> Dante: E todos os dias na escola sofria preconceito, já não estava aguentando mais a discriminação e o preconceito. Meses depois começou suas amizades com outras pessoas, mesmo assim, ele sofria e, agora, sofria junto com seus novos amigos. Ele tomou uma decisão, levou até a delegacia, e mesmo assim, ainda continuou sofrendo o preconceito e a discriminação, ele decidiu então sumir com sua vida para sempre, cometeu suicídio.
> Nina: Esse texto está parecendo com a carta do menino [...] que se matou, que ele se matou e deixou uma carta, que tá bem parecida, o começo está igual. Ele contou na carta, que ele sofreu muito preconceito na escola.
> Aiane: Sofria demais e porque poucas pessoas sabiam do relacionamento dele, porque se soubessem... ele morava com um homem. (2ª oficina realizada na área urbana).

Na continuidade da história, os/as participantes construíram uma narrativa a partir do caso de um jovem que eles/as conheciam e que se suicidou, segundo os/as mesmos/as, este estudante estava sofrendo discriminação por ser negro e homossexual.

> Roseane: Pensando na situação que vocês trouxeram, a história do suicídio por conta do preconceito racial, da discriminação. Vocês acham que isso pode acontecer?
> Apolo: Pode, sem ajuda psicológica, sem ajuda dos familiares, pode-se chegar a isso, é porque é tipo assim, você nunca sabe o que acontece na vida da pessoa. E aconteceu né?
> Aiane: E ele sofria preconceito aqui na escola e na família por ser homossexual também. (2ª oficina realizada na área urbana).

As situações de preconceito e discriminação racial de modo interseccionado com as situações de homofobia pelo relato dos/as jovens levaram um jovem negro homossexual a cometer suicídio. Fizemos, em 2017, uma pesquisa nas bases de dados do Scielo, da Biblioteca Virtual de Saúde - BVS, e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, e não encontramos estudos específicos na Psicologia que abordem essa realidade. Com isso ficamos pensando: por que essa parcela da população não se encontra nos estudos sobre comportamento suicida? Onde se encontram os corpos jovens negros/as nos estudos sobre suicídio? E onde se encontram os corpos negros/as LGBTTs? O racismo é um dos determinantes das condições de saúde, o que

resulta em altas taxas de morbidade e mortalidade da população negra e na existência de desigualdades e iniquidades. Os efeitos do racismo na subjetividade negra fazem com que negros/as se reconheçam enquanto indivíduos inferiores (ERIBON, 2008). O suicídio realizado pela população negra não é um fato atual, ocorre desde o período da escravatura, quando alguns preferiam morrer a viver em situação de degradação humana (AGUIAR, 2012). Mas, se no período da escravatura, certas vidas não eram qualificadas como vidas, atualmente essa mesma lógica permanece e permeia as relações sociais.

Observamos também nos relatos outra questão que tem afetado principalmente as jovens, o preconceito em relação ao cabelo:

> Aiane: Mãe, às vezes, chama cabelo ruim, ela vê uma pessoa ai diz olha cabelo de nego. Eu acho que isso é muito preconceito.
> Doris: Não é o cabelo ruim, mas para a sociedade cabelo bom é cabelo liso.
> Valentina: A gente cresce com isso, eu penso muito em meninas com seus 13 anos querendo alisar seu cabelo. (2ª oficina realizada na área urbana).

Podemos perceber, nos discursos acima, o quanto a questão do preconceito é algo que é vivenciado no âmbito familiar, que as crianças já presenciam alguns padrões preconceituosos e discriminatórios em suas casas e crescem aprendendo esses padrões. Santos (2021, p.104) lembra que

> a colonização e o sistema de escravidão levaram para o mundo a ideia de subjugação da raça negra. Uma das heranças da colonização, uma lástima histórica, foi a supervalorização da estética européia em detrimento de outras especialmente aquelas que valorizavam a beleza de pessoas negras. A mestiçagem, o racismo, o eugenismo e tantas outras mazelas pelas quais passam o povo negro compõem a herança colonial.

Vimos no relato acima que as jovens estão cientes dessas situações de preconceito advindas dessa herança colonial, mas também uma delas reconhece que tem essas atitudes, o que diz mais uma vez o quanto esse é um assunto que precisa ser discutido. Outro aspecto que percebemos nos grupos foram esses discursos dissonantes, Aiane fala sobre a existência de "cabelo ruim" inclusive nas pessoas brancas, e Doris e Valentina explicam que não existe isso, que é uma construção cultural. Pudemos observar, várias vezes, esse movimento presente no grupo e eram momentos que discutíamos e levantávamos reflexões sobre as diferenças de posicionamentos e percepções nos discursos.

Alguns e algumas jovens fizeram referência à existência de preconceito em relação a pessoas brancas:

> Chiara: Mas eu acho também que existe racismo com gente branca.
> Aiane: Também acho, é porque assim a presença dos negros chama mais atenção, por exemplo, eu vou chutar a banca dela, e ela é negra, aí todo mundo da sala vai falar de mim porque eu chutei a banca dela, mas se chutassem minha banca, não ia acontecer nada. Às vezes, tem muito mais preconceito com branco do que com o negro. Só que a sociedade não vê. (2ª oficina realizada na área urbana).

Algo que é importante ressaltarmos é que essas jovens que afirmaram existir preconceito contra os brancos têm a cor da pele branca, os cabelos lisos, uma delas os olhos claros e são magras, ou seja, fazem parte dos padrões sociais considerados ideais na sociedade, ainda que sejam moradoras da periferia urbana, de uma classe social menos favorecida economicamente, estudantes de uma escola pública. Apresentamos esse cenário para pensarmos como o fato de não serem negras faz com que não sofram discriminações e violência dessa ordem e que não percebam as existentes, embora a identidade de gênero, classe e território as deixa sujeitas a outras violências que as mesmas fizeram referência em outros momentos, por exemplo, quando falaram das violências vivenciadas pelas mulheres, o medo de andar sozinhas em determinados horários, e uma delas relatou a situação de um assalto que sofreu no bairro em que mora.

Também encontramos jovens na área urbana que têm uma compreensão sobre as situações de preconceito e discriminação social, e sobre ser um/a morador/a de uma periferia:

> Valentina: Se você for olhar a população negra, ela é concentrada mais nas periferias, e a periferia traz consigo também toda uma questão de falta de estrutura, de educação de qualidade, a falta de oportunidades. E, às vezes, o negro é culpado por isso, só pelo fato de ser negro, e acho que tudo isso influencia, e não é por acaso que a maioria da população negra está na periferia, o ciclo da desigualdade vai se reproduzindo, os pais estão lá, os filhos vão crescendo, não tem oportunidade de sair da periferia, vão formando suas famílias e vão continuando lá. A periferia não é um lugar ruim, mas é a falta de estrutura que existe.
> Doris: Não tem espaço de lazer, serviço de saúde adequado, questão de segurança também, a polícia aparece quando tem tiroteio, mas para fazer uma segurança, fazer uma fiscalização, se não tiver uma confusão dificilmente a polícia vai aparecer. Questão de saúde, educação, segurança, tudo isso.
> (2ª oficina realizada na área urbana).

Essas jovens são moradoras da periferia e possuem essa visão da falta de estrutura e desigualdades existente na mesma. E ainda uma aborda a questão da meritocracia quando diz que o/a negro/a é culpabilizado pelas dificuldades financeiras e de outras ordens que enfrentam, mas quando isso ocorre não se leva em consideração o contexto desse/a negro/a e que não é fácil romper com o ciclo da desigualdade quando não se tem nenhum suporte para isso, quando se vive em um contexto de carências múltiplas e de falta de segurança, essa última foi referida por vários jovens urbanos/as.

Os/as jovens falaram também sobre situações de preconceito racial, refletindo sobre as situações de classe, uns/mas acham que o racismo se sobressai à situação de classe, outros/as afirmando que negros/as de uma classe social mais favorecida economicamente não sofrem racismo:

> Aiane: Às vezes, a cor conta mais do que a classe social, sendo negro, pode ser rico, pode ser pobre.
> Doris: Vai ser minimizado aquele olhar porque ele tem dinheiro, mas vai ter sempre aquele olhar por conta da cor.
> Valentina: Porque eu acho que existe sim, se é que a gente pode classificar racista, eu acho que existem dois tipos, os que são a mesma coisa antes e depois de saber sua posição social, e os que mudam completamente por conta de oportunismo intencionado em ganhar alguma coisa, ganhar algum status, ou até por medo, tipo de você ser um grandão e você denunciar.
> Levi: Eu acho que não, porque a maioria das pessoas ricas, não sofre preconceito.
> Nina: Sofre sim, porque aquele Lázaro Ramos, ele é rico e sofreu, a mulher dele também. (2ª oficina realizada na área urbana).

Conforme já abordamos nesse estudo, a raça é constituída pela classe e constitui a mesma, mas não podemos esquecer que, a depender da classe social, os/as negros/as podem sofrer os efeitos do racismo de forma diferente. Consideramos também interessante observar, nos discursos acima, a diferença nos posicionamentos dos/as jovens, mas que ao final concordaram uns com os/as outros/as que o racismo existe independente da classe social.

Outra questão que também foi relatada pelos/as jovens urbanos/as foi o quanto o racismo é expresso através de "brincadeiras", mas, enquanto o/a racista diz que está só brincando, os impactos que tais ações podem ter no psiquismo de quem está sofrendo pode ser grande. Quando se parte de características físicas de uma pessoa para ofendê-la, desqualificá-la, isso deixa de ser uma piada. "Brincadeiras" desse tipo precisam ser combatidas para não reforçarem e reproduzirem situações de preconceito e discriminação racial.

O racismo está estampado no número de mortes de jovens negros anualmente, e nas desigualdades sociais, são muitas as violências sofridas pelos/as jovens negros/as pobres todos os dias, na escola, e na falta de oportunidade para estudar, no trabalho e na dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, na saúde, no direito de ir e vir, a violência obstétrica contra as jovens negras, os casos de estupro, e tantas outras violências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando abordamos a questão do racismo com os/as jovens quilombolas e os/as jovens da periferia urbana, observamos que, para os/as primeiros/as, as situações de preconceito e discriminação racial têm sido mais marcantes. Afirmaram sofrer preconceito e discriminações quando chegam à cidade e frequentam alguns espaços como lojas, restaurantes, lanchonetes e, ainda, na escola. Na última, as discriminações partem dos/as alunos/as e, também, dos/as professores/as. Os/as jovens urbanos/as também fizeram referência a comportamentos e atitudes discriminatórias de alunos/as e professores na escola que estudam.

As situações de preconceito e discriminação fazem com que alguns e algumas quilombolas não se sintam bem na cidade, levando-os/as a desistirem, inclusive, de dar continuidade ao processo de escolarização, fazendo com que alguns não tenham possibilidades de conseguir um emprego formal, entre outras questões. Os efeitos do racismo nas vivências dos/as jovens urbanos/as também são diversos, e foi possível observarmos que a discriminação racial interseccionada com a homofobia levou um jovem a acabar com sua própria vida.

Observamos como o racismo acontece de várias formas e, muitas vezes, de modo tão disfarçado, que as próprias pessoas que enfrentam suas consequências não reconhecem como sendo racismo, percebemos isso em ambos os territórios. O que faz com que algumas quilombolas tenham relatado que acham que as pessoas usam a palavra “nego”, “nega”, como um apelido, de forma carinhosa, que não há preconceito. E que os/as jovens da área urbana tenham falado várias vezes, “é preconceito, mas a gente usa essa expressão”, a exemplo do cabelo ruim, “a gente é preconceituoso e nem percebe”. Isso só nos diz do quanto esse assunto precisa ser discutido e visibilizado na sociedade, porque se não é discutido, se não é colocado como um problema, é como se não existisse, e o silenciamento é mais uma violência.

A falta de uma compreensão sobre os efeitos do racismo faz com que algumas jovens urbanas tenham afirmado que existe racismo contra pessoas brancas também. Ao ouvirmos isso, não culpabilizamos as jovens por tal compreensão, mas ficamos pensando o quanto tem sido falado pouco, inclusive do ponto de vista histórico, sobre as várias consequências devido à opressão baseada em preconceitos e discriminação racial.

Em vários discursos dos/as jovens de ambos os territórios, percebemos também na prática o que vários estudiosos/as já haviam falado, que o racismo expressa seus efeitos articulados com outros marcadores sociais: etnia, gênero, classe, sexualidade, território. Alguns e algumas quilombolas que têm a cor da pele mais clara sofreram preconceito ao chegar à cidade por serem quilombolas e moradores da área rural, afirmaram que ser quilombola se sobressaiu a ser negro, embora já tenhamos abordado no presente estudo que o preconceito étnico é uma faceta do racial.

As jovens sofrem o preconceito pelo cabelo crespo que possuem, sejam estas quilombolas ou da periferia urbana, e para as mulheres as ofensas relacionadas ao cabelo são maiores do que para os homens, já que o cabelo crespo, enrolado, sai dos padrões de beleza construídos socialmente que se espera que as mulheres façam parte. As jovens enfrentam o medo de serem violentadas se estiverem em espaço público em determinados horários. Seja no quilombo, seja na periferia, as situações de violência são uma realidade de ambos os territórios.

Com esse estudo percebemos o quanto as situações preconceito e a discriminação racial estão presentes na vida dos/as jovens de diferentes territórios. Os efeitos do sistema de opressão racial interssecionado com outros sistemas de poder, como gênero, classe, sexualidade nos processos subjetivos dos/as jovens têm ocasionado adoecimentos psíquicos, e dificuldades de diferentes ordens para que os/as jovens acessem os serviços de educação, saúde e lazer. Observamos também que alguns e algumas têm lutado e construído estratégias de resistência para existirem diante das opressões desses sistemas, sobretudo em relação aos/as negros/as, pobres, quilombolas e da periferia. Essa informação nos chama para um olhar sobre essa realidade, a temática do racismo precisa ser considerada nos diferentes setores sociais, precisamos discutir o papel das políticas públicas para a juventude, para que essas contribuam a realidade dos/as jovens pobres e negros/as, e a construção de uma sociedade antirracista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Lúcia M. M. de; BELLINGER, Carolina K. L. *Quilombos latino-americanos*. In:[ADITAL] Agência de Informação Frei Tito para a América Latina, 2009.

AGUIAR, Gilberto Orácio de. *O suicídio entre jovens negros na perspectiva Durkheimiana*. Identidade. São Leopoldo, RS, v.17, 2012. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/326>. Acesso em: 14 de novembro de 2019.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BEZERRA, Vanessa Moraes et al. *Inquérito de Saúde Em Comunidades Quilombolas de Vitória Da Conquista, Bahia, Brasil (Projeto COMQUISTA): Aspectos Metodológicos E Análise Descritiva*. In: Ciênc. Saúde Coletiva. 19 (6): 1835–47, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000601835>. Acesso em: 14 de novembro de 2019.

BHABHA, Homí K. *O local da cultura*. Trad: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. Cadernos Pagu. (26), 2006, p. 329-376. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf >. Acesso em: 14 de novembro de 2019.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. *Relações raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogas(os)*. Brasília: CFP, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Rev. Estudos feministas. Ano 10 (172), 2002, p. 171-188. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 14 de Nov. de 2019.

COSTA, Thainá da Silva; ROSA, Leandro Amorim. *Compreensões sobre a construção subjetiva de mulheres negras*. In: Revista da ABPN, v. 13, n. 38, 2021, p. 22-45. Disponível em:<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1309/1225>. Acesso em: 20 de dez. de 2021.

ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão Gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador*: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Como trabalhar com "raça" em sociologia*. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, jan./jun. 2003, p. 93-107. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxSGJgkwVyFJ8jfT8wxWxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

HOOKS, bell. *Alisando o nosso cabelo*. Trad. Lia Maria dos Santos. In: Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro, 2005. Disponível em: <coletivomarias.blogspot.com/.../alisando-o-nossocabelo.html>. Acesso em: 17/06/2018.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas,* Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014. Disponível em:<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 14 de novembro de 2019.

OLESEN, Virginia L. *Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo Milênio*. DENZIN, Norman, k.(Org.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 219-257.

PIZA, Edith. *Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu.* In: A. S. A. Guimarães, & L. Huntley (Orgs.). Tirando a mascara: ensaios sobre o racismo Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.97-125.

SANTOS, Aline Tomaz dos. *Ubuhle: valores sociais na luta contra o colonialismo estético*. In: Revista daA BPN, v.13, n.38, 2021, p.100–118. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1180/1228>. Acesso em: 20 de dez. de 2020.

SILVA, Tainan Maria Guimarães Silva e. *O colorismo e suas bases históricas discriminatórias*. Direito Unifacs. Nº 201, 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/4760/3121>. Acesso em: 20 de out. de 2017.

SILVA, Roseane Amorim da; MOURA, Renata Paula dos Santos; SANTOS, Antônio Cêsar de Holanda (2021). *Narrativas (des)construídas como tarefa política da pesquisa participativa decolonial*. In: Revista de Psicologia, 12(2), 2021, p.147-160. Disponível em: <https://doi.org/10.36517/revpsiufc.12.2.2021.11>. Acesso em: 20 de dez. de 2021.

SILVA, Roseane Amorim. da. *Os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas de Garanhuns/PE: uma perspectiva interseccional*. 187 p. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2014.

WERNECK, Jurema. *Intersecções de raça/etnia, gênero e classe: faces cotidianas e teóricas*. In: G. de O. Assis, L. S. Minella & S. B. Funck (orgs.). Entrelugares e mobilidades. Tubarão: Copiart. 2014, p. 319-328.

Recebido em: 18/12/2021

Aprovado em: 15/10/2022